



www.LeisMunicipais.com.br

LEI Nº 17/2004

"INSTITUI E REGULAMENTA, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE MORRETES, OS PROCEDIMENTOS ATINENTES A REQUISIÇÕES DE PAGAMENTO DAS SOMAS A QUE A FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL FOR CONDENADA, NOS TERMOS DO ARTIGO 100 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Morretes, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em cumprimento ao Procedimento Preparatório de Inquérito Civil Público nº 534/00 e ao artigo 100 da Constituição Federal, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O pagamento de quantia certa, a que for condenada a Fazenda Pública Municipal, será requisitado, a pedido do Presidente do Tribunal da 9ª Região, mediante Certidão, expedida pela Vara do Trabalho que jurisdiciona o Município.

Parágrafo Único - Compete ao Presidente do Tribunal do Trabalho aferir a regularidade formal das requisições, bem como assegurar a obediência à ordem de preferência de pagamento dos créditos, nos termos preconizados na Constituição Federal e na presente Lei.

Art. 2º Considera-se Requisição de Pequeno Valor (RPV) aquela relativa a crédito, cujo valor atualizado, por beneficiário, seja igual ou inferior a trinta (30) salários mínimos, vigente à época de requisição.

Art. 3º Os pagamentos de valores superiores aos limites previstos no artigo anterior, serão requisitados, mediante Precatório.

Parágrafo Único - Serão também requisitados mediante Precatório, os pagamentos parciais, complementares ou suplementares de qualquer valor, quando a importância total do crédito executado, por beneficiário, for superior aos limites estabelecidos no artigo anterior.

Art. 4º Em caso de litisconsórcio, será considerado, para efeito dos artigos 2º e 3º, o valor devido a cada litisconsorte, expedindo-se, simultaneamente, se for o caso, requisições de pequeno valor e requisições mediante precatório.

Art. 5º O Juiz da execução indicará, nas requisições, os seguintes dados:

I - natureza do crédito e espécie da requisição (requisição de pequeno valor - RPV - ou precatório a ser pago em parcela única ou de forma parcelada);

II - número do processo de execução e data de ajuizamento do processo de conhecimento;

III - nomes das partes e de seus procuradores;

IV - nomes e números de CPF ou CNPJ dos beneficiários, inclusive quando se tratarem de advogados e peritos;

V - valor total da requisição e individualização por beneficiário;

VI - data-base considerada para efeito de atualização monetária dos valores;

VII - data do trânsito em julgado de sentença ou acórdão no processo de conhecimento;

VIII - data de trânsito em julgado da sentença ou acórdão nos embargos à execução, ou indicação de que não foram opostos embargos ou qualquer impugnação aos cálculos;

IX - em se tratando de requisição de pagamento parcial, complementar ou suplementar, no valor total do crédito executado, por beneficiário.

Art. 6º Em se tratando de crédito de pequeno valor de responsabilidade do Município, suas autarquias, fundações de direito e demais órgãos, serão incluídos no Orçamento Geral do Município.

Parágrafo Único - No caso de créditos de outras entidades de direito público, as requisições serão encaminhadas pelo Tribunal ao próprio devedor, fixando-se o prazo de 90 (noventa) dias para o respectivo cumprimento.

Art. 7º Os valores das requisições, mediante precatório sujeito a parcelamento, serão autorizados nos Tribunais e pagos nos termos do art. 78 da ADCT (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias), sendo que nenhuma das parcelas poderá ser de valor inferior ao definido no artigo 2º desta Lei, exceto resíduo.

Art. 8º Para efeito da atualização monetária de que trata esta Lei, o valor será atualizado pelo Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - Série Especial - IPCA, divulgado pelo IBGE ou aquele que vier a substituí-lo.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Morretes, 08 de abril de 2004.

HELDER TEÓFILO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 17/08/2010